

Câmara começa a votar projetos sobre terras

Anamaria Rossi
da equipe do Correio

A Câmara Legislativa deve iniciar hoje, com uma semana de atraso, o esforço concentrado para votar 19 projetos que compõem o pacote sobre regularização da ocupação do solo no Distrito Federal.

No que diz respeito à regularização de condomínios, existe consenso entre a bancada governista e a oposição, o que deve acelerar a votação das propostas.

O consenso aponta para a venda direta dos lotes em terras públicas aos atuais ocupantes. A licitação seria usada somente na venda dos que estiverem sobrando.

No caso dos condomínios em terras particulares, a regularização depende do rezoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do rio São Bartolomeu e do Descoberto.

“O governo deve acelerar a tramitação desses projetos em nível federal e promover o zoneamento da Apa do Cafuringa”, defende a deputada Maria José Maninha (PT), relatora da CPI da Grilagem.

Rodrigo Rollemberg (PSB) faz a mesma cobrança e acredita que o senador José Roberto Arruda (PSDB) pode intermediar o diálogo.

“A irregularidade dos condomínios gera desgaste político para o governo, enquanto a regularização

pode engordar os cofres públicos”, avalia.

Para acelerar a regularização dos condomínios que já estão aptos a isso, o deputado Luiz Estevão, líder do PMDB, propõe que o governo assumira o ônus da elaboração do projeto urbanístico de cada loteamento.

“O custo disso seria ressarcido na forma de impostos”, explica. Mais complicada é a situação dos condomínios situados em áreas desapropriadas em comum com particulares, onde ninguém sabe exatamente o que é terra pública ou privada.

“Proponho que os lotes sejam vendidos pela Terracap aos ocupantes como terras públicas e depois, se ficar provado que a área é particular, o valor pago será compensado em descontos nos impostos a pagar”, esclarece.

A idéia foi bem recebida pelo Movimento Pró Condomínio (MOC), liderada pelo coronel da reserva Cantídio Rosa Dantas.

“Além disso, o governo tem que dizer, por meio de coordenadas topográficas, qual é a área que lhe pertence”, reivindica.

Cantídio quer que o governo aceite como intermediários os síndicos dos condomínios em terras particulares. “Não tem sentido a exigência de uma associação para cada condomínio”, queixa-se.

Tina Coelho



Cantídio: governo tem que dizer qual área que pertence a seu patrimônio